

Por que não assinamos a “Carta Latino-Americana de Saudação ao Fórum Internacional de Ativismo Estudantil pela Palestina”

Declaração PPRI

 Por iniciativa da militância do PSTU, essa carta foi apresentada à Frente Palestina de São Paulo, para ser enviada e lida no Fórum Internacional de Ativismo Estudantil pela Palestina, que se realizou em 29/30 de agosto, em Istambul, na Turquia. Havia inicialmente a proposta de assinaturas por organizações, mas depois se colocou a assinatura pela Frente de conjunto. O PPRI manifestou que não assinaria esse texto. E explicou que a carta continha as posições programáticas e estratégicas de uma corrente, com as quais parte da Frente não está de acordo.

UMA PROPOSTA QUE NÃO SERVE À UNIDADE DE AÇÃO DA FRENTE

Ao apresentar, sem antes uma discussão de conteúdos e formas pela frente, uma carta com suas posições estratégicas e táticas mais gerais a ser assinada pelo conjunto das organizações, o PSTU teve uma atitude aparelhista e divisionista. Uma frente de ação prática que ainda não é expressão das massas em movimento deve buscar a unidade de ação por meio de acordos gerais entre organizações e partidos que a compõem que permitam impulsionar a mobilização. A tentativa de fazer aprovar e ser assinada uma carta, que é claramente de princípios de uma única corrente, expressa uma imposição. Assim, já diante do método errado de apresentação do texto e sua consequência, não poderíamos assiná-lo.

UMA ESTRATÉGIA QUE NÃO SERÁ POSSÍVEL REALIZAR

O texto, inicialmente, se colocava por “*a libertação da Palestina só será plena quando for conquistada uma Palestina livre do rio ao mar, sem genocídio, apartheid, racismo e colonização.*” Depois, foi acordado o formato “*a libertação da Palestina só será plena quando for conquistada uma Palestina única, laica, democrática, e inclusiva para todas as etnias, povos e religiões.*” Note-se que se trata de uma mudança substanti-

va de conteúdo. E que ambas vão além da bandeira que temos empunhado nos atos e manifestações, de “*Palestina Livre, do Rio ao Mar*”, que permitiu às mais diversas correntes agirem unitariamente

A Palestina enfrenta a opressão nacional do sionismo genocida há décadas. Sionismo que se materializa no Estado burguês de Israel, armado até os dentes pelo imperialismo estadunidense, sendo de fato seu enclave militar na região. Israel estabeleceu uma relação de opressão nacional sobre os palestinos, que expressa uma exploração de classe, e se realiza por meio da superexploração do trabalho dos assalariados palestinos, e do esmagamento de sua nação para posse de suas terras e riquezas naturais. Essa caracterização é fundamental para se estabelecer o objetivo estratégico capaz de efetivamente libertar o povo palestino.

Sob o capitalismo, não será possível a libertação do povo palestino, mesmo que o desejem. Também não será possível a autodeterminação plena dos países da região. É necessário destruir o Estado de Israel, que é um enclave dos EUA no Oriente Médio. E qualquer Estado judeu que ali se constitua, sob o capitalismo, será instrumento de opressão nacional e social sobre os palestinos. A autodeterminação dos 6 milhões de judeus que foram levados pelos EUA para o Oriente Médio desde o final dos anos de 1980 depende da revolução proletária, socialista, que permita o estabelecimento de Estados Operários com liberdade total para se unirem ou se manterem separados. Não podem existir, sob o capitalismo, estados nacionais sem que exista entre eles alguma forma de opressão nacional, que expressa as relações de classe em nível internacional. Por isso, a “Palestina Democrática”, burguesa, está fadada ao fracasso. A revolução proletária, socialista, que acontecerá na Palestina, do Rio ao Mar, será o primeiro passo para que avance nos demais países do Oriente Médio, que mantêm uma relação de interdependência entre si, e que avançarão para a formação de uma Federação de

Estados Socialistas. Estes serão dois passos necessários no caminho da Revolução Mundial Socialista, que acabará com toda forma de opressão, incluída aí a opressão nacional. Esta é a síntese do programa proletário para a libertação da Palestina.

O PSTU coloca que a libertação da Palestina “só será plena” a partir de “*Uma Palestina que seja parte central na construção de um novo mundo, onde sejamos socialmente iguais, humanamente diferentes e totalmente livres.*” A revolução proletária será parte da revolução mundial socialista, ou não vingará. Mas a revolução proletária palestina não pode depender hoje da implantação do socialismo no futuro, não pode ser apenas um subproduto da revolução mundial. Ou seja, é totalmente possível (e desejável, e necessária) a revolução proletária palestina muito antes da revolução socialista mundial. Não se pode transformar o socialismo num paraíso a ser alcançado num futuro remoto, o que leva a se ajustar hoje ao capitalismo em decomposição e à democracia burguesa imperialista, cada vez mais restrita. Os revolucionários trotskistas de verdade ligam as bandeiras democráticas atuais à luta pelo socialismo – aplicam o Programa de Transição.

Isso não quer dizer que não devamos apoiar incondicionalmente os movimentos de libertação nacional que se choquem com o imperialismo, ainda que tenham objetivos estratégicos burgueses, sem nunca nos subordinarmos à sua política, organização e métodos. Se a resistência dos palestinos levanta a bandeira de uma Palestina Democrática, isso não nos impede de estarmos ao seu lado na luta contra o imperialismo, que é a burguesia mundial. O proletariado de todos os países combate o imperialismo nas trincheiras que a História apresenta, mantendo sua independência de classe. Cada derrota que os explorados do mundo imponham ao imperialismo é um passo no caminho de sua emancipação. E cada vitória do imperialismo em qualquer parte do mundo é um passo atrás nesse mesmo caminho.

continua | >

Por isso, estamos ao lado de todas as organizações palestinas que organizam as massas para enfrentar o imperialismo, sem nunca deixar de apontar e empunhar o programa e estratégia do proletariado, que prova que as burguesias nacionais (assim como a pequena burguesia) são incapazes de levar o combate ao imperialismo até o fim, até sua derrota definitiva.

AS TÁTICAS DEMOCRATIZANTES QUE NÃO LIBERTARÃO OS PALESTINOS

A tática firmada pelo PSTU para libertar a Palestina tem como ponto essencial “construir uma aliança operária-estudantil global, sólida e duradoura.” Enaltece os movimentos estudantis “mundiais”: “o protagonismo inspirador dos estudantes, professores e trabalhadores universitários nos protestos e acampamentos que se espalharam pelas universidades ao redor do mundo... Os acampamentos e manifestações que surgiram em diversas cidades, em todos os seis continentes... colocaram a causa palestina no centro das mobilizações globais....”

Para os revolucionários, o movimento estudantil é uma força auxiliar importante na luta pela Revolução Proletária. Ao se chocar com as burocracias universitárias e os governos, e ao tomarem para si os métodos de luta e as formas organizativas desenvolvidas pelo proletariado na luta de classes, realizam grandes mobilizações, que ora seguem as tendências de luta dos explorados, ora são um sinal dessas mesmas tendências na situação, que a seguir se concretizam.

Nos países capitalistas atrasados, onde existe a economia combinada de formas de produção capitalista com as pré-capitalistas, especialmente no campo, está colocada a necessidade da construção da aliança operário-campesina. Ela decorre da importância fundamental do pequeno camponês na produção de alimentos das cidades e seu choque com os médios e grandes proprietários capitalistas. A única classe autenticamente revolucionária, o proletariado, que pelo seu papel ligado diretamente à produção social deve dirigir a revolução, tem de trabalhar para construir essa aliança estratégica.

Os estudantes não são uma classe social. Não podem assim formar uma aliança de classes. Podem, sim, assimilar a política e programa proletários, e se tornarem em importantíssimo instrumento auxiliar na luta revolucionária. Esse papel será desempenhado tanto no Brasil quanto em outras partes do mundo.

Defender uma suposta “aliança operário-estudantil” está fora da política revolucionária do proletariado. Pressupõe a negação do papel dirigente do proletariado na revolução, colocando-o no mesmo nível do dos estudantes. Só pode ter um sentido prático de tentar convencer pes-

soas a aderirem a uma ideia, partido ou causa – proselitismo. Na prática, a defesa da aliança operário-estudantil serve para conferir uma feição mais radical ou “operária” a uma política pequeno burguesa para o movimento estudantil.

Os estudantes não terão nenhum “protagonismo inspirador” em relação ao proletariado, ao contrário, o movimento estudantil seguiu uma tendência geral global das massas de se mobilizarem ao lado dos palestinos contra o sionismo e os governos burgueses. E é preciso precisar que embora os acampamentos estudantis nos EUA e Europa tenham sido massivos, aqui no Brasil não passaram de representação teatral, com apenas algumas dezenas de estudantes em meia dúzia de barracas para fotografar e postar na internet, às vezes em acordo com as direções de faculdades que mantêm acordos com o sionismo (FFLCH-USP), e sem organizar e mobilizar as bases para que de fato fossem massivos.

Além disso, o PSTU propõe “globalizar a intifada”, “fortalecer o movimento global de Boicote, Desinvestimento e Sanções (BDS). Este movimento tem se mostrado uma ferramenta poderosa na luta contra o apartheid, o racismo e a colonização que o povo palestino enfrenta”, “denunciar e prender Benjamin Netanyahu.” Está aí o conteúdo prático de uma política pequeno burguesa.

A intifada é um método de luta de classes desenvolvido pelos palestinos em seu combate ao sionismo opressor. É uma rebelião de massas que utiliza todos os meios disponíveis para resistir e enfrentar seu inimigo, incluindo aí os estilingues de pedras. É um meio particular de luta palestino, que decorre das contradições objetivas impostas pela opressão nacional e social sionistas. Se pudesse, teriam enfrentado o Estado de Israel com armas muito mais sofisticadas. Não se pode tomar seriamente um método desenvolvido a partir da penúria de recursos para heroicamente enfrentar seu inimigo como receita de bolo a ser aplicada globalmente. Na grande maioria dos países, será necessário consumar a fórmula do Manifesto Comunista, de dividir as forças armadas e armar as massas a partir dos quartéis, para tomar à força e militarmente o poder da burguesia, por meio da insurreição.

O BDS é um movimento muito heterogêneo dirigido por organizações e correntes burguesas e reformistas, e tem apresentado políticas muito distintas em vários países e a respeito de diferentes questões. Na Frente Palestina, tem defendido a ruptura total de relações entre o Brasil e Israel, a qual defendemos conjuntamente. Mas não se pode generalizar que seja, em geral, “uma ferramenta poderosa na luta contra o apartheid, o racismo e a colonização que o povo palestino enfrenta.” Nem quanto às distintas caracterizações feitas por membros

desse movimento quanto à resistência armada palestina (algumas falas acusam o Hamas de terrorista), nem quanto aos métodos defendidos por seus integrantes – por exemplo, boicotes individuais a produtos sionistas ou ainda quando subordina a luta e ação direta à política de pressionar institucionalmente organizações e governos burgueses – os revolucionários atuam para que as massas, coletivamente, tomem a resolução de seus problemas nas próprias mãos, o que inclui se mobilizar para impor aos governos a ruptura total de relações com os sionistas. Ao elevar o BDS a algo que não é, o PSTU se subordina politicamente a uma organização heterogênea subordinada à democracia burguesa e que conta com defensores de métodos alheios ao proletariado.

Quanto à defesa da “ prisão de Netanyahu” (que hoje poderia apenas em sonhos se realizar por organismos internacionais manejados pelo imperialismo), o PSTU repete essa política punitivista burguesa a partir do Estado burguês, aplicada em diversas situações. O marxismo elaborou historicamente uma posição contrária à defesa das prisões (lembremos de Karl Liebknecht), que somente as massas mobilizadas podem julgar e punir de fato a burguesia por seus crimes de classe – por meio de seus Tribunais Populares.

A TÁTICA DO PROLETARIADO QUE EMANCIPARÁ OS PALESTINOS

O genocídio dos palestinos pelo estado sionista de Israel é um ataque do imperialismo estadunidense, que está de fato por trás dos massacres promovidos por Netanyahu, não apenas estrategicamente, mas com suporte de armas e munições. O belicismo ianque não é restrito à Palestina, se realiza em outros países do Oriente Médio, nos Balcãs e Ucrânia, na região próxima à China no Oceano Pacífico, no apoio a movimentos pró-imperialistas em países da África Central. O retrocesso industrial e agrícola dos EUA, Europa e Japão em relação à China e Rússia exige que o imperialismo lute para destruir amplamente as forças produtivas mundiais, de forma a permitir sua recomposição e dar fôlego ao moribundo capitalismo em crise.

O genocídio de palestinos é a ponta desse iceberg. Concentra as principais contradições da luta de classes mundial. Coloca ao proletariado mundial a tarefa de derrotar o imperialismo e o sionismo em toda parte. As grandes mobilizações em favor dos palestinos apresentam a possibilidade concreta de se avançar na luta pela revolução proletária nos países e no mundo. Falta-lhes construir suas direções revolucionárias, e tudo isso demonstra de forma cabal a histórica crise de direção revolucionária.